

PÓS-GRADUAÇÕES EM LITERATURA: ALGUNS PROBLEMAS E PERSPECTIVAS*

José Luís Jobim*



Primeiramente, quero agradecer o convite para participar desta celebração dos 30 anos do Programa de pós-graduação em Literatura da Universidade de Brasília, programa que tenho tido a satisfação de acompanhar, por muitas razões, entre as quais a de ser parceiro de professores daqui, em atividades acadêmicas e de pesquisa comuns. Quero, antes de mais nada, parabenizar a todos pela conquista que pode e deve ser muito comemorada. Nesta minha fala, vou abordar 3 questões básicas, relacionadas à nossa pós-graduação: a) o status da pós-graduação em nossa área, comparado com o de outras, no que se refere a financiamento da pesquisa e a perspectivas de ações comuns a serem empreendidas pelas associações científicas, para melhorar nossa situação relativa; b) a questão da avaliação da pós, dividida entre o quantitativo e o qualitativo; c) a questão da relação dos cursos de pós com o mercado de trabalho de nossos alunos, que ainda hoje é predominantemente voltado para o ensino escolar e não universitário.

Quando falamos de problemas e perspectivas para as pós-graduações em literatura, é importante, antes de mais nada, assinalar o contexto em que estas pós-graduações se encontram. Lembro-me de um Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística em João Pessoa, onde o Professor Renato Janine Ribeiro, hoje ocupando alto posto na CAPES, dizia que o conjunto de todas as Ciências Humanas não recebia mais de 10 % do total das verbas destinadas a pesquisa em nosso país, e que, na opinião dele, nem este percentual pífio estaria garantido, se não tivéssemos a competência política de produzir bons argumentos, sustentando a necessidade de alocação de verbas nesta área.

Mais recentemente, o Professor Eduardo Guimarães (UNICAMP), estudando os dados provenientes das agências federais de fomento à pesquisa, concluiu que tanto no fomento à pesquisa, quanto na formação de pessoal qualificado, o financiamento para Letras e Linguística não tem participado sequer dos pequenos crescimentos eventualmente havidos no sistema, nem dos redirecionamentos de recursos. Deste ponto de vista nossa área estaria, na melhor das hipóteses, estacionária.

Na visão do Professor Guimarães, não temos demonstrado força suficiente na luta pelos recursos na relação com as outras áreas, e precisaríamos articular ações políticas conjuntas com outras áreas,

* Conferência proferida na Semana Comemorativa dos 30 anos do PPG em Literatura, em 22 de setembro de 2005.

* Professor da Universidade Estadual do RJ - UERJ e da Universidade Federal Fluminense - UFF, Presidente da ABRALIC (2004-2006); Diretor do Instituto de Letras da UERJ.

ações que façam com que tenhamos maior visibilidade e força no jogo da política de ciência e tecnologia no Brasil. Esta seria uma estratégia da área como um todo, que exigiria um trabalho coletivo de apresentação de razões fortes e incontornáveis que nos coloquem no centro da política de ciência no país.

Neste momento, as associações científicas da área de Letras e Linguística estão tentando fazer um movimento no sentido de produzir uma espécie de “documento mínimo” da área, que possa, ao mesmo tempo, ser um instrumento de reivindicação junto às agências de fomento e um ponto de partida para uma articulação com outras áreas, a mais próxima das quais sendo a de Ciências Humanas.

O eixo destas propostas, contidas no documento embrionário, pode ser: a) maior quantidade e qualidade de bolsas; b) maior apoio financeiro para atividades de cooperação científica nacional e internacional; c) maiores verbas para bibliotecas. Por quê?

Para começar, é importante ressaltar que nossa área começou tardiamente a ser considerada “científica” pelas agências de fomento. A professora Angela Vaz Leão, pioneira em atuação junto à CAPES, já nos informou que somente em meados da década de 70 começamos a receber bolsas daquela agência, e mesmo assim numa quantidade ridícula. Quanto ao no Cnpq, embora eu não conheça a gênese de nossa área nesta agência, é importante lembrar que o Cnpq foi fundado por físicos, como fonte auxiliar de financiamento para a infra-estrutura de suas pesquisas. Não admira, portanto, que o seu viés de apoio ainda hoje contemple fortemente as Engenharias, Computação, Ciências Exatas e da Terra, e as Ciências da Vida.

Vejam que não falo apenas do número absoluto das bolsas de produtividade, mas também dos critérios para alocar estas bolsas, porque se considera até hoje, inclusive em Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, a série histórica de demanda como fator determinante para o número de bolsas a serem concedidas. Ora, nem precisa ser um gênio para perceber que quem historicamente pediu mais, historicamente recebeu e recebe mais, não é?

No entanto, cabe esclarecer que, como não acreditamos em posicionamentos políticos de área que baseiem suas reivindicações somente em argumentos do tipo “precisamos mais, porque temos menos”, cremos que pode ser parte de um esforço coletivo o desenvolvimento de argumentos e projetos que dêem mais visibilidade e densidade à nossa área.

No caso específico dos projetos, ainda temos um longo caminho a percorrer no sentido de empreendimentos agregadores, que possam reunir pesquisadores seniores e iniciantes inter-institucionalmente, em nível local, regional, nacional e internacional, mas creio que este é um caminho que terá de ser percorrido. No espectro dos pesquisadores de Literatura, vejo pelo menos 2 problemas que parecem fazer parte da tradição de Letras: 1) uma tendência ao trabalho individual; 2) uma certa dificuldade de elaborar e levar a cabo projetos cooperativos.

Quanto ao individualismo, talvez pudéssemos especular que ele seja de alguma maneira derivado da própria visão que os autores literários elaboraram sobre seus respectivos trabalhos, a partir do Romantismo, com a valorização de uma suposta singularidade absoluta do trabalho de escrita, incompatível com

qualquer atividade colaborativa. No entanto, não pretendemos nestas breves linhas desenvolver este eixo de argumentação, até porque desejamos mais a prospecção do que a retrospecção. De todo modo, a dificuldade para atividades cooperativas torna-se maior quando não se tem os meios e modos materiais de agregar pesquisadores. Digo isto tanto do ponto de vista da infra-estrutura básica (máquinas que tornem a comunicação telemática possível, por exemplo) quanto do ponto de vista dos recursos para encontros presenciais, que continuam sendo necessários.

Parece que nossa área tem empregado a estratégia de usar eventos, entre outras coisas, para estes encontros presenciais. Não vejo problema em os eventos serem também um lugar para isto, mas é bom lembrar que o próprio formato dos congressos de nossa área não beneficia um possível aprofundamento crítico dos temas e objetos pesquisados. A estrutura básica de nossos congressos consiste em apresentações de cerca de 20 minutos, sem discussão posterior – ou, pelo menos, sem uma discussão que mereça, até pelo tempo a ela dedicado, ser considerada como relevante. Como alternativa de curto prazo, para melhorar este quadro, talvez seja interessante planejar eventos nos quais, ao invés de se levarem *papers* que são lidos sem discussão, se pudesse introduzir a prática de disponibilizar os textos antes do evento e, durante o evento, dedicar-se apenas a discutir o que antes foi disponibilizado. cremos que isto levaria, pelo menos, a um maior adensamento geral das argumentações desenvolvidas sobre os diversos temas, pois o debate, inclusive com a verbalização de opiniões contrárias, obriga ao acuramento de posições.

Quanto a maiores verbas para bibliotecas,

creio que a justificativa para isto pode começar pela palavra chave «laboratório». Se por laboratório entendemos o lugar onde se labora, o nosso não tem pipetas nem máquinas para medir pressão: tem livros, revistas, jornais, manuscritos, textos em meio digital etc. É na biblioteca que se processam não só as atividades mais comuns a muitas outras áreas, como consultas e levantamentos bibliográficos, mas também atividades específicas da nossa, como, por exemplo, o processamento e análise de acervos de originais, cartas e documentos de escritores, vivos e mortos. Sem verbas tanto para o processamento quanto para a disponibilização destes acervos de escritores, arriscamo-nos a perder uma parte relevante de nossa memória. Além disto, há que se considerar o sentido ampliado do termo *Biblioteca*, no momento em que as tecnologias digitais tornam-se um componente incontornável na pesquisa. Para fazer frente à necessidade de uma maior inclusão digital, uma série de outras providências são necessárias, entre as quais: a viabilização de rede nacional, em que todas as bibliotecas conectadas formem um todo maior, ao qual os pesquisadores possam ter acesso (e não apenas à biblioteca local); a viabilização de um sistema de «empréstimo», a partir desta rede, em que o pesquisador pudesse receber seu item desejado em sua instituição; a digitalização e disponibilização em rede de livros, acervos, textos e documentos relevantes. Ou seja, é necessário maior apoio tanto para a manutenção do patrimônio constituído como tal, como também para aquisição de novos itens.

Considero a biblioteca como um dos *laboratórios* mais relevantes de nossa área, um laboratório que não tem recebido a devida atenção, não só nos aspectos mais tradicionais (como o

fornecimento de verbas para a organização e disponibilização de acervos manuscritos de escritores), mas também nos aspectos mais recentes, como a digitalização de coleções e obras raras, ou a presença de computadores ligados à *world wide web* que permitam ao usuário melhores condições de pesquisa.

Outra questão que sempre mobiliza as pós-graduações é a da avaliação. As queixas e temores muitas vezes são dirigidas ao sistema atual, que é baseado em critérios numéricos (número de professores permanentes, número de “produtos” destes professores, número de trabalhos terminais defendidos etc.), critérios que não entram no mérito daquilo que se enumera. Às vezes, se ouve a reivindicação de que se deve introduzir uma avaliação mais “qualitativa”, em que o mérito esteja mais presente. Quero, em primeiro lugar, verbalizar de forma resumida minha opinião, antes de explicar as razões que me levaram a ela: acho que uma avaliação “qualitativa” na área de Letras é sempre mais desejável, porém, nas condições reais em que se processam as avaliações em nosso país, as avaliações predominantemente “quantitativas” são um mal menor.

Começo a minha explicação dizendo que, da minha própria experiência como avaliador, tanto de pós quanto de graduação, o primeiro item a destacar é a precariedade das condições de trabalho. Se um dia se vierem a estudar as narrativas de avaliadores, provavelmente um item reiteradamente presente nelas será o grande volume de trabalho concentrado em pequeno período de tempo, sem nenhuma remuneração compensatória.

Na verdade, se houvesse vontade política para que se pudesse estabelecer alguma alternativa

“qualitativa”, seria necessário, no mínimo, um tempo maior, e não apenas para o trabalho dos avaliadores de área. Isto porque, creio, seria imprescindível, antes de qualquer atividade efetiva de avaliação “qualitativa”, que houvesse uma manifestação da área como um todo sobre o que seria o referente desta “qualidade” (o que não poderia ser feito pela entidade avaliadora, mas, por exemplo, pelas associações científicas). Sempre é bom ter em mente que a atribuição de *qualidade* pode não ser pacífica, visto que, mesmo dentro de uma mesma área, pode haver um embate entre partidários de diferentes vertentes de saber, cada qual com seu próprio objetivo de compreensão, identificação de problemas e linguagem privilegiada. Também é bom lembrar que dificilmente um trabalho de avaliação “qualitativa” teria condições adequadas para ser feito, hoje. Assim sendo, para resumir minha opinião, acho que, embora as avaliações predominantemente “numéricas” sejam inadequadas, dentro de nosso contexto, elas acabam sendo um mal menor do que seriam as “qualitativas”, que teriam um potencial de produzir um número maior de injustiças, se mantidas as condições precárias em que se processa hoje a avaliação.

Isto não significa, é claro, que não se busque aperfeiçoar os instrumentos “numéricos”. Lembro o episódio recente em que os coordenadores de pós-graduação reunidos na ANPOLL reivindicaram ao representante de área que o parâmetro para avaliação do fluxo de alunos, que era de 24 meses para mestrado e 48 para doutorado, fosse ampliado. O professor Antonio Dimas, nosso representante na CAPES à época, foi sensível ao pleito e alterou o padrão avaliativo.

Por outro lado, se tratarmos da questão do

“conteúdo”, encontraremos outra ordem de problemas. Para começar, de certo modo as avaliações são derivadas de noções enraizadas, a partir das quais se pode até aceitar a novidade, desde que seja uma novidade reconhecível pelos padrões a partir dos quais se fazem estas avaliações, o que significa uma novidade que tenha relações familiares (de reiteração, contraste, reapropriação, denegação etc.) com um quadro de referências estabelecido.

A referência da avaliação não pode deixar de ser as concepções, modelos e teorias que parecem ser mais estáveis, confiáveis e úteis nas circunstâncias em que se inserem e no momento em que a avaliação é feita. Ou seja, a sua referência é aquilo que é institucionalmente transmitido como conhecimento, como ciência estabelecida. Contudo, não se deve esquecer que outras formas de conhecimento – teorias elaboradas a partir de outras técnicas e pressupostos, concepções derivadas de outras áreas etc. – podem entrar em cena, embora ainda não tenham sido incorporadas de modo institucional.

Em relação aos “conteúdos” a serem ministrados em nossos cursos de pós-graduação, começemos por dizer que a face mais visível do que se presume como referente do termo *literatura* é um certo *corpus* de autores e obras, já pré-estabelecido, no momento mesmo em que enunciemos este termo.

Estudar a literatura pode ser uma atividade executada por um sujeito singular, mas praticada dentro de um sistema em que está vigente a herança de atividades e de formas tradicionais de ação a que se atribuem sentidos enraizados em momentos anteriores, sentidos que de alguma forma influenciam previamente tanto o que nos

parece relevante investigar quanto o que vai aparecer como objeto de investigação. Isto não significa a permanência de uma mesma atividade ou de um mesmo objeto, cujas origens se situem antes do momento em que, como sujeitos singulares, reivindicamos exercer aquela atividade, pois não há uma unidade absoluta, essencial e reiterada entre o que se fez antes e o que se faz agora. Talvez possamos dizer que a unidade, se ela existe, se dá na atribuição de um sentido à atividade (e ao seu objeto) que não precisa ser o mesmo, pois a re-significação da herança anterior também é um elo com o passado.

Se é difícil imaginar apenas um projeto comum – que constitua os estudos literários como tais, direcionado por uma finalidade unitária e unificadora que forneça um sentido para todos os empreendimentos sistemáticos que se fazem, a partir de convicções diferentes, sob esta rubrica «estudos literários» –, as próprias exigências circunstanciais, diante das quais se situam os estudos literários, já não configurariam uma certa representação destes estudos? No contexto histórico em que se inserem, não haveria uma necessidade prática que definiria, talvez externamente às próprias condições de questionamento, parâmetros para estes estudos? Isto não conduziria a uma certa definição – incompleta, insatisfatória, questionável, parcial que seja?

Quando se fala em saber institucionalizado, em determinado momento histórico, isto com frequência significa um saber que é reconhecido por uma determinada sociedade, formando um sistema estratificado de sentidos, que não poderia ser formado em outro momento histórico. Este saber muitas vezes se apresenta com pretensões à

universalidade, descartando-se assim da necessidade de qualquer contextualização histórica.

Talvez a crença de que é possível a existência de matrizes a-históricas ou quadros de referência neutros a partir dos quais possamos julgar todos os enunciados com pretensão à validade irrestrita – crença esta fortemente impulsionada, na modernidade, pelo desenvolvimento das Ciências Físico-Matemáticas – tenha alimentado nosso desejo de podermos escapar à contingência.

No entanto, principalmente no âmbito das chamadas Ciências Humanas, é difícil ignorar a historicidade do saber, que começa com a própria definição do que se considera relevante conhecer. Neste âmbito, não podemos deixar de levar em conta que há questões e pontos de vista que já foram considerados extremamente relevantes em outros momentos históricos, mas que deixaram de sê-lo depois.

Finalmente, como último tópico de nossa fala, não podemos deixar de abordar a questão da relação dos cursos de pós com o mercado de trabalho de nossos alunos, que ainda hoje é predominantemente voltado para o ensino escolar e não universitário.

Começamos dizendo que a nossa área, nacionalmente, tem cerca de 77.000 alunos matriculados em cursos de graduação, um número muitas vezes maior do que muitas outras áreas reunidas. Temos, portanto, um grande volume de profissionais atuando no ensino de graduação, no país inteiro, mas com uma grande concentração nas regiões sudeste e sul. Na região sudeste, o maior volume concentracional é em São Paulo.

Nossos alunos de pós-graduação se dirigem a este mercado, sim. No entanto, não se trata de um mercado homogêneo, em que as formas

de recrutamento de pessoal e de atuação do profissional recrutado sejam iguais. Existem pelo menos 3 segmentos diferenciados: as universidades públicas federais e estaduais, que são o objeto de desejo de 9 entre 10 pós-graduandos; as universidades comunitárias e confessionais que também têm projetos acadêmicos e de pesquisa; e as instituições cuja finalidade de existência passa ao largo de objetivos acadêmicos e de pesquisa, as quais visam exclusivamente ao lucro e funcionam basicamente com profissionais horistas. De todo modo, a totalidade dos empregos disponíveis em nível universitário está muito longe de ter paridade com o número de candidatos a ocupá-los, mesmo na região sudeste, onde a oferta é a maior do país. Assim sendo, de fato, ainda hoje trabalhamos muito fortemente na pós-graduação com um aluno que vai atuar em escolas. Só que, para infelicidade deste aluno, nós, os professores de pós, na maior parte das vezes não incluímos o seu destino escolar no âmbito de nossas preocupações.

Isto, naturalmente, tem consequências políticas de vária ordem. Começo por dizer que nossos ex-alunos deixam de ter apoio para os pacotes que periodicamente descem sobre suas cabeças, vindos de instâncias estaduais ou federais. Quase ninguém da área de Letras se manifestou, por exemplo, sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais, que têm repercussão na vida profissional de nossos alunos. A manifestação de maior repercussão foi a de escritores, que protestaram contra o que viam como exclusão da literatura dos programas. O próprio dirigente da instância do MEC responsável pelo parto desta criança problema era professor de literatura portuguesa, e disse à época que havia um mal entendido, porque os PCNs não significavam

obrigatoriedade de nada – o que é verdade – e que eram apenas observações de ordem geral e não normativa. Ora, com todo o respeito, se consultarmos o dicionário, veremos que a palavra «parâmetros» significa «variável para a qual se fixa ou à qual se atribui um valor e por seu intermédio se definem outros valores ou funções, num dado sistema». Se você junta um bando de pessoas absolutamente não representativas de uma área de conhecimento e permite a elas produzirem um documento que tem a chancela de uma instância federal de poder e o adjetivo «nacional» justaposto, só um cego ou quem não quer ver pode presumir que o efeito de sentido deste texto não será normativo, ainda que ele se apresente como apenas sugestivo.

Outro exemplo recente, em outra esfera, é a famigerada reforma curricular dos cursos de licenciatura que ora se encontra em processo. Em primeiro lugar, trata-se de uma reforma em completa falta de sintonia com o discurso da própria instância federal à qual está ligado o CNE, já que o MEC, no início do atual governo chamou a atenção para o fato de que o país terá um déficit de 200.000 professores nos próximos anos, necessitando, portanto, de formar mais profissionais em menos tempo. Ora, esta «reforma» compulsória aumenta significará um aumento de carga horária brutal para as instituições de ensino, e, portanto, uma delonga maior na formação dos profissionais que o próprio discurso governamental declara serem necessários ao Brasil. Nós poderíamos nos perguntar se o acréscimo de um enorme volume de disciplinas de viés pedagógico, de estágios em escolas, de «práticas» vai realmente significar alguma coisa além de um enorme custo econômico para as universidades, social para nossos alunos

e real para a população, que vai ter de esperar muito mais tempo para poder ter na escola os profissionais de que necessita. Se há algum efeito positivo – por exemplo, o aumento de empregos para nossos colegas da Educação, que passam a ter uma reserva de mercado garantida em literalmente todos os cursos de formação de professores – este efeito positivo certamente não é nem para nossa área nem para nossos alunos.

Enfim, se escolhi para esta minha fala hoje um viés crítico, eu gostaria que isto fosse interpretado, antes de mais nada como também a manifestação de alguém que é parte do problema e que certamente, como todos os colegas que militam na pós-graduação, deseja que seus pós-graduandos encontrem um destino profissional melhor. Acho que é importante que os docentes e pesquisadores da pós-graduação também contribuam com sua crítica acadêmica a eventuais iniciativas que sejam danosas ao que nós esperamos para nossa área no ensino fundamental e médio, já que esta esfera de ensino é predominantemente o lugar de atuação dos egressos de nossos Programas. No que diz respeito às iniciativas equivocadas acadêmica e politicamente que afetam nossos alunos e ex-alunos, é importante um movimento no sentido de nos manifestarmos onde e como pudermos, já que certamente ocupamos um lugar em que nossa voz pode ser mais ouvida do que a deles. Se quem a fizer tiver uma maior visibilidade, permitindo que ela repercuta mais, tanto melhor para todos.

Para terminar, gostaria de, mais uma vez parabenizar o Programa de Pós-Graduação em Literatura pelos seus 30 anos de atividade, e desejar que daqui a 30 anos estejamos aqui comemorando novamente.